http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=ht...



# MERVAL PEREIRA

## Erros novos e antigos

• O PSDB só não cometeu até agora os mesmos erros de 2006 porque Aécio Neves não é Geraldo Alckmin, e isso é um elogio a Aécio. E, do outro lado, está Dilma e não Lula, o que é uma vantagem para a oposição. Mas está cometendo erros novos. O então governador de São Paulo insistiu em sua candidatura sem que tivesse qualquer indicação objetiva de que poderia ser melhor candidato que José Serra, que até fevereiro liderava todas as pesquisas de opinião. Aécio, ao contrário, retirou-se da disputa para se tornar protagonista da decisão tucana.

Assim como Aécio agora, naquela ocasião Alckmin dizia-se em melhores condições para atrair apoios fora do PSDB, e chegou a pedir prévias para a escolha.

Também ele dizia que já fora escolhido como o preferido pelas bancadas da Câmara e do Senado, e trabalhava as direções regionais do partido e os governadores.

Como agora, a cúpula do partido gostaria que não fosse preciso chegar a essa confrontação para definir o candidato.

No início de fevereiro, pesquisas já mostravam a recuperação de Lula, mas Serra ainda vencia no segundo turno, embora a diferença entre os dois estivesse se reduzindo àquela altura.

Havia também o cálculo sobre a atuação dos dois candidatos nos principais colégios eleitorais do país, São Paulo e Minas, dominados, como hoje, pelos tucanos.

Tanto Serra quanto Alckmin venciam Lula com facilidade em São Paulo, de acordo com as pesquisas de opinião da época.

Mas Alckmin demonstrava maior capacidade de somar votos do que Serra: recebia 2,5 vezes mais votos que Lula, enquanto Serra recebia 1,9 vezes.

A penetração de Alckmin em Minas também seria maior que a de Serra, além do que, ele contava com a simpatia de Aécio, registravam os jornais da época.

A cúpula do partido achava, no entanto, difícil abrir mão de um candidato que se mostrava competitivo para apoiar um outro que tinha apenas potencial de crescimento, e àquela altura perdia feio de Lula.

Como hoje, no entanto, o prefeito de São Paulo, José Serra, pedia tempo para se decidir e queria levar a escolha até março, prazo final da legislação eleitoral.

A diferença fundamental entre Aécio Neves e Geraldo Alckmin é que o governador mineiro, ao anunciar sua desistência da pré-candidatura, fez um movimento estratégico que o colocou como protagonista político da definição tucana, e não como o provocador de uma divisão partidária.

Enquanto Geraldo Alckmin aparentemente venceu a disputa com Serra em 2006, mas, na verdade, foi levado a se candidatar para perder para Lula quando Serra sentiu que não tinha condições de vencer, Aécio deixou o atual governador de São Paulo sozinho na raia com sua indefinição, praticamente obrigando-o a assumir a candidatura que queria manter em suspenso até março.

Assim como Lula encerrou o ano de 2005 praticamente derrotado e em dois meses mostrou uma recuperação que parecia impossível, também a candidatura de Dilma pode se firmar, a se confirmar as previsões de que a economia crescerá 5% em 2010.

Seria justamente a diferença que hoje favorece Serra, a ser coberta por esse eleitorado, prioritariamente de baixa renda e baixa escolaridade, que votaria cegamente na candidata de Lula.

Seria exagero sem base acreditar que Dilma tivesse essa capacidade de superação em tão pouco tempo, e tudo indica que até março a vantagem de Serra será mantida nas pesquisas, o que só dificultará sua decisão.

Embora à frente, o governador de São Paulo terá que conviver com essa possibilidade de haver um grupo de eleitores que seguirão o que Lula disser, o que colocaria Dilma potencialmente empatada com ele em algum momento da disputa.

É claro que se se decidir mesmo a disputar a eleição, a partir de março Serra assumirá a campanha em termos nacionais e agirá para neutralizar esse grupo de eleitores, e para ampliar sua aceitação, que tem uma estabilidade admirável desde o segundo turno de 2002, entre 35% e 40% do eleitorado.

O que deixa o governador Aécio Neves como fiel da balança para uma decisão tucana é que seu peso político em Minas e em outras regiões do país como o Rio pode não ser suficiente para colocá-lo na liderança das pesquisas, mas é grande o bastante para definir uma eleição nacional.

O plano de entregar a ele como candidato a vice a coordenação da parte social de um futuro governo parece mais consistente do que a promessa de acabar com a reeleição.

Aprovar uma mudança das regras depois que o jogo foi jogado não é razoável, e o que seria possível Serra fazer se eleito presidente é aprovar o fim da reeleição e aceitar ficar apenas um mandato de quatro anos, o que não parece verossímil.

Para aumentar o mandato presidencial para cinco anos, com o fim da reeleição, seria preciso uma mobilização no Congresso ainda no primeiro semestre do próximo ano, o que soa difícil, pois a base governamental tem a maioria e não atuaria para facilitar a vida da oposição.

Uma possibilidade seria Aécio aceitar a vice-presidência, e a dupla tucana começar a promover negociações entre os partidos da base governista para aprovar o projeto, engrossando a base de apoio à candidatura tucana com partidos como o PP, o PTB, o PDT e parcela do PMDB.

Seria uma reviravolta completa na sucessão presidencial. Mas arriscada para o governador mineiro, pois não há garantias de que a mudança seja aprovada.

De qualquer maneira, como advertiu o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra, as negociações para atrair Aécio para a chapa tucana terão que ser feitas antes de março, pois depois disso ficará difícil.

# Mínimo e aumento de aposentados terão impacto de R$ 16,5 bi em 2010

## Presidente Lula edita medida provisória que fixa novo piso em R$ 510

Cristiane Jungblut e Luiza Damé

• BRASÍLIA. Antes de embarcar para São Paulo, na manhã de ontem, o presidente Lula assinou a medida provisória que fixa em R$ 510 o salário mínimo a partir de 1º de janeiro, o que representa uma correção de 9,67% em relação ao valor atual, de R$ 465. Lula também assinou a MP que corrige em 6,14% as aposentadorias e pensões do INSS superiores ao salário mínimo, sendo 2,5% de aumento real (acima da inflação). Os novos valores terão um impacto global de R$ 16,57 bilhões nas contas do governo em 2010.

As duas medidas estabelecem ainda critérios para reajuste do mínimo e dos benefícios previdenciários em 2011. Mas, apesar de o movimento sindical comemorar os ganhos reais em 2010, já avisa: terá que haver uma nova negociação ano que vem sobre o reajuste de 2011 — tanto para o mínimo quanto para os aposentados —, já que ele será baseado no PIB de 2009, que deverá ser próximo de zero devido à crise financeira.

No Brasil, cerca de 18,5 milhões de pessoas recebem aposentadorias e benefícios assistenciais com o mesmo valor do salário mínimo. No caso da Previdência, o impacto do reajuste do salário mínimo será de R$ 7,78 bilhões nos gastos do INSS, contemplando 15,1 milhões de beneficiários. Além disso, 3,4 milhões de pessoas recebem outros benefícios assistenciais, com impacto de R$ 2,09 bilhões, pagos pelo Tesouro, não entrando na conta da Previdência.

Já o aumento para quem ganha acima do piso previdenciário (salário mínimo) beneficiará 8,3 milhões de pessoas, com impacto nas contas do INSS de R$ 6,7 bilhões, sendo cerca de R$ 3,5 bilhões referentes apenas à parcela do aumento real de 2,5%.

> *Foi um presente de grego para os aposentados que ganham acima do mínimo*
>
> **Warley Martins, da Cobap**

A correção do mínimo em 2011, de acordo com a medida provisória, terá como base o INPC de 2010 mais a variação do PIB (conjunto das riquezas geradas pelo país) de 2009, se positiva. Os benefícios do INSS superiores ao mínimo serão reajustados pela soma da inflação de 2010 mais 50% do PIB de 2009.

A MP do salário mínimo prevê ainda que, até 31 de março de 2010, o governo terá de mandar para o Congresso um projeto com regras de aumento do salário mínimo para os períodos de 2012 a 2015; 2016 a 2019; e 2020 a 2023. Isso deverá abrir nova rodada de negociações com as centrais sindicais. As duas MPs confirmam acordo fechado em agosto com as principais centrais do país, principalmente CUT e Força Sindical.

Ontem, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), disse que o acordo foi uma vitória em 2010, mas que o governo terá que negociar 2011 devido às previsões pessimistas quanto ao PIB de 2009, que vão desde 0,2% previsto pelo governo até um índice negativo.

— Foi importante (o reajuste do salário mínimo). O salário mínimo é um parâmetro para outras categorias, e criamos agora uma política de valorização dos aposentados — disse Paulinho, acrescentando: — Mas para 2011 vamos ter que negociar de novo, né? Se o PIB ficar em 0,2%, 0,3%, não vai dar para o salário mínimo ficar em 2011 sem aumento acima da inflação.

Já o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalles, criticou até mesmo o reajuste para os aposentados dado para 2010. A Cobap queria o mesmo reajuste dado ao mínimo e depois defendeu — com as demais centrais — pelo menos 7,7%.

— Foi um presente de grego para os aposentados que ganham acima do mínimo — disse, criticando o achatamento das aposentadorias devido à valorização do mínimo: — Mais de 252 mil aposentados que ganhavam acima agora caíram para a faixa do mínimo.

O ministro da Previdência, José Pimentel, destacou a importância do aumento real dado aos aposentados que ganham acima do piso:

— É a primeira vez que os aposentados e pensionistas com benefícios acima do salário mínimo participam efetivamente do resultado da nossa economia — afirmou. ■

# Orçamento reduz verba para a Copa

## Corte foi de R$ 800 milhões, remanejados para as emendas de bancada

Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Um dia depois da aprovação do Orçamento da União de 2010, o relator-geral da proposta, deputado Geraldo Magela (PT-DF), disse ontem que as negociações finais com a oposição para a aprovação do texto reduziram em R$ 800 milhões a verba destinada para a Copa do Mundo de 2014. Magela tinha destinado, como relator-geral, emendas no valor de R$ 1,2 bilhão para ações ligadas à Copa do Mundo solicitadas pelos estados, mas terá que remanejar cerca de R$ 800 milhões para as emendas de bancada (apresentadas pelos parlamentares de cada região, em bloco, para beneficiar os estados).

A mudança foi feita depois que parlamentares do PSDB e do DEM o acusaram de ter extrapolado na concentração de recursos como relator-geral.

Apesar de os números finais do Orçamento ainda estarem sendo fechados devido à votação na noite de terça-feira, Magela disse que o Rio de Janeiro não perderá recursos, porque a emenda feita para o estado se destinava a ações de segurança, não a investimentos.

Os recursos seriam aplicados em obras de infraestrutura e em projetos para a área de segurança, por exemplo.

### Magela culpa líderes do PSDB e DEM por cortes

Diante da ameaça de não aprovar o Orçamento até à meia-noite de ontem, Magela cedeu e retirou parte de suas emendas de investimentos, que iriam para ações da Copa, e as colocou na conta das bancadas estaduais. Irritado, Magela culpou os líderes do PSDB e DEM.

— Alguns estados vão perder, mas o Rio de Janeiro não. O que o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) fez foi levar com que o Amazonas perca R$ 100 milhões e o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), com que a Bahia perca R$ 100 milhões.

Segundo documento apresentado por Magela, o governador do Rio, Sérgio Cabral, pediu R$ 900 milhões para o Rio, mas só R$ 100 milhões foram mantidos.

Givaldo Barbosa

ORLANDO SILVA, ministro dos Esportes: decisão, tomada sob pressão, atrapalha preparação para olimpíadas

# *Preocupação com os aeroportos*

## Ministro critica redução de R$ 192 milhões em investimentos

• BRASÍLIA. O ministro do Esporte, Orlando Silva, disse ontem que os aeroportos brasileiros podem sofrer um colapso em 2014, ano em que o país sediará a Copa do Mundo, se a Infraero atrasar o cronograma de ampliações e reformas. Orlando Silva aproveitou para criticar o orçamento de 2010 para o Ministério dos Esportes, aprovado ontem pelo Congresso Nacional. Segundo o ministro, sua pasta terá queda nos investimentos em infraestrutura esportiva de R$ 200 milhões para R$ 8 milhões. Silva disse que esse dinheiro seria usado na preparação do país para as Olimpíadas de 2016, no Rio.

— Por causa de uma pressão, uma chantagem da oposição, porque a oposição chantageou o governo ameaçando derrubar a votação do Congresso, o resultado foi, no nosso caso, uma mexida no orçamento que vai atrapalhar a preparação do Brasil para os Jogos Olímpicos de 2016 — analisou.

Já sobre os aeroportos, o ministro disse que é preciso acelerar o cronograma das obras. A Infraero, que administra aeroportos de todo o país, prevê o fim de algumas obras apenas para o ano do torneio, o que poderia dificultar o transporte dos turistas.

— O desafio para 2010 é enfrentar com celeridade maior a agenda dos aeroportos, risco de ter colapso durante a Copa do Mundo — afirmou o ministro.

Segundo Silva, a superação da crise financeira e a perspectiva de crescimento econômico devem ser acompanhadas do crescimento das demandas nos aeroportos. Daí o aumento das chances de colapso em 2014. Ele lembrou que, "diferentemente da Alemanha", os brasileiros não devem viajar de uma cidade para outra de trem ou de carro, devido ao tamanho do país.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Infraero informou que não há motivo para receio, pois o cronograma das obras tem sido cumprido como planejado. "Para cumprir o cronograma, que chega a R$ 4,6 bilhões até 2014 em 16 aeroportos, a Infraero tem feito todos os esforços e já tem a parceria do Exército, que permitirá a aceleração de diversos projetos", diz nota da assessoria.

Segundo a Infraero, existem apenas três obras com previsão de término para 2014. Uma delas é a construção do novo terminal de passageiros e pátio do Aeroporto de Viracopos. Outra é a construção do terceiro terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. E a reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Manaus.